



Órgão Oficial Eletrônico - 3217

Campo Mourão - Quinta-feira - 24/07/2025

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

LOURDES GADOTTI DE CAMPOS
JOSMAR DE CAMPOS GONÇALVES
JOSIANE FLORES MUNIS DA SILVA
LUIZ FERNANDO VILA NOVA
ADRIANA BORGES DE ARAUJO SMAHA
SILVANE BOTTEGA

CONSELHO FISCAL:

ADAIL JOÃO DOS SANTOS
CLAUDIO TELES LIMA
ALINE CRISTINA AMBRÓSIO
ELIAS DA SILVA
SERGIO LUÍS VIEIRA
FLORIANO CZACHOROWSKI JUNIOR

Ata da 7ª Reunião Ordinária de 2025 do Comitê de Investimentos da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão - PREVICAM, realizada aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho de 2025, às 8:30 horas, na sala de reuniões, da sede da PREVICAM nesta cidade, com as presenças dos seus integrantes: da Superintendente Silvane Bottega, do Gestor Financeiro, Membro do Conselho Fiscal da PREVICAM, Gerente Financeiro e Contador Floriano Czachorowski Júnior, da Procuradora Jurídica Gisele Francielly Tourino, do Diretor Geral da PREVICAM, Michael Vicente Rezende de Abreu e do Conselheiro Fiscal, Sergio Luís Vieira. Inicialmente a reunião estava agendada para o dia 15 (quinze) de julho de 2025, mas foi adiada em virtude de férias concedida ao membro do comitê de investimentos Sergio Luís Vieira. Tendo a seguinte pauta: **Item 1 – Análise do cenário macroeconômico e expectativas de mercado; Item 2 – Avaliação do desempenho dos investimentos que compõe a carteira da PREVICAM no mês de junho de 2025; Item 3 – Proposições de investimentos/desinvestimentos; Item 4 – Assuntos Gerais.** A reunião foi iniciada e coordenada pelo Gestor Financeiro da PREVICAM: Floriano Czachorowski Júnior, que iniciou os trabalhos com a discussão da pauta do: **Item 1 - Análise do cenário macroeconômico e expectativas de mercado: No Brasil:** A economia brasileira encerra o segundo trimestre de 2025 com indicativos de desaceleração da atividade, inflação acima da meta e incertezas no cenário fiscal. O mercado de trabalho manteve sinais de robustez, com a taxa de desocupação recuando para 6,2% no trimestre encerrado em maio, ante 6,8% no trimestre anterior, permanecendo em mínimas históricas. A população ocupada chegou a 103,3 milhões de pessoas, com 39,8 milhões de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, o maior nível da série histórica. A taxa de informalidade caiu para 37,8% e o rendimento médio real habitual subiu 3,1% em termos reais, atingindo R\$ 3.457. Apesar da resiliência do mercado de trabalho, os indicadores de atividade apontam para um desaquecimento. O PMI Composto da S&P Global recuou de 49,1 em maio para 48,7 pontos em junho, permanecendo abaixo da linha de 50 pelo terceiro mês consecutivo, sinalizando contração na atividade do setor privado. A indústria teve desempenho particularmente fraco, com o PMI Industrial caindo para 48,3 pontos, o menor patamar desde julho de 2023. O setor de serviços também seguiu em retração, com o indicador recuando pelo terceiro mês consecutivo, para 49,3 pontos. O elevado custo do crédito, a fraqueza da demanda e a retração dos novos pedidos foram apontados como os principais vetores da desaceleração. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da FGV caiu 0,8 ponto em junho, para 85,9, interrompendo uma sequência de três meses de alta. A queda foi puxada tanto pelo Índice de Situação Atual (ISA), que recuou 1,1 ponto, quanto pelo Índice de Expectativas (IE), que caiu 0,4, indicando uma piora na percepção e no otimismo das famílias. A exceção foi observada no indicador de situação financeira futura da família, que subiu 1,2 ponto. A queda na confiança foi disseminada entre todas as faixas de renda, com exceção dos consumidores com rendimento superior a R\$ 9.600 mensais. No campo inflacionário, o IPCA-15 apresentou alta de 0,26% em junho, desacelerando frente aos 0,36% registrados em maio. A inflação acumulada em 12 meses recuou para 5,27%, abaixo dos 5,40% observados em abril, mas ainda acima do teto da meta. O maior impacto no mês veio do grupo Habitação (+1,08% e 0,16 p.p.), enquanto Alimentação e Bebidas e Educação apresentaram pequena deflação (-0,02%). Diante desse cenário, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, de forma unânime, elevar a taxa Selic em 0,25 p.p., para 15,00% a.a., o maior nível desde 2006. A decisão tomou como base a combinação de pressões inflacionárias, persistência das incertezas fiscais e ambiente externo desfavorável, sobretudo diante da política econômica dos Estados Unidos. Em sua Ata, o Comitê indicou um possível término do ciclo de aperto monetário, mas manteve viés cauteloso, indicando que novos ajustes poderão ser considerados caso seja necessário. A projeção atual do Banco Central para o IPCA ao final de 2025 é de 4,90%, enquanto dados do Boletim Focus de 4 de julho indicam 5,18%. Neste contexto, os juros permanecerão em patamar restritivo até que se observe uma melhora efetiva nos fundamentos macroeconômicos. Em maio, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) subiu em relação ao mês anterior, para 76,1% do PIB (R\$





Órgão Oficial Eletrônico - 3217

Campo Mourão - Quinta-feira - 24/07/2025

9,3 trilhões), influenciada pelos juros nominais (+0,8 p.p.) e pela variação do PIB nominal (-0,6 p.p.). Apesar da alta mensal, no acumulado do ano a DBGG recuou 0,4 p.p.. O resultado foi devido, entre outros fatores, ao crescimento nominal do PIB (-2,7 p.p.) e à incorporação de juros nominais (+3,7 p.p.). O Investimento Direto no País (IDP) totalizou US\$ 3,66 bilhões em maio, abaixo dos US\$ 5,49 bilhões registrados no mesmo mês de 2024. No acumulado de janeiro a maio, o IDP somou US\$ 30,9 bilhões, uma queda de 1,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior, quando o montante alcançou US\$ 31,5 bilhões. Apesar da retração, o Banco Central manteve a projeção de ingresso de US\$ 70 bilhões em investimentos ao longo de 2025. **No MUNDO:** Nos Estados Unidos, o mês de junho foi marcado por um cenário aparentemente mais calmo no campo geopolítico, mesmo após o envolvimento do país no conflito entre Irã e Israel. A intervenção dos Estados Unidos se deu de forma “pontual”, contribuindo para a imposição de um cessar-fogo que se mantém até o momento. Em relação aos acordos com parceiros comerciais importantes, destacou-se o avanço das negociações com a China, que, entre outros aspectos, demonstrou maior flexibilidade em relação às exportações de minerais de terras raras enquanto os EUA se mostraram mais abertos a receberem estudantes chineses em suas instituições de ensino. No que se refere à atividade econômica, a leitura final do PIB do primeiro trimestre apontou um recuo de 0,5%, em base anual, demonstrando perda de força da economia em relação ao crescimento de 2,4% no último trimestre de 2024. O resultado foi influenciado pelo aumento das importações e pela redução dos gastos do governo. Contudo, essa queda foi parcialmente compensada por um aumento nos investimentos no país e pelos gastos dos consumidores. Este último, por sua vez, tem sido apoiado por um mercado de trabalho ainda resiliente. A taxa de desemprego recuou para 4,1% em junho, frustrando as projeções de alta a 4,3%. O relatório payroll, por sua vez, indicou que os EUA abriram 147 mil novas vagas de emprego em junho, muito acima da estimativa de 111 mil, apresentando uma leve aceleração em relação ao mês anterior, quando houve a criação de 144 mil novos postos de trabalho. A inflação, medida pelo PCE, voltou a acelerar, subindo à taxa anualizada de 2,3% em maio, conforme o esperado, permanecendo acima da meta de 2% perseguida pelo Federal Reserve. Em relação ao núcleo da inflação, também houve alta, para 2,7% no mesmo período. O atual cenário econômico, marcado pelas incertezas decorrentes das tarifas implementadas pelo atual governo aliado a um mercado de trabalho ainda aquecido e inflação acima da meta, segue dificultando a condução da política monetária por parte do Fed, que novamente manteve a taxa de juros inalteradas entre 4,25% e 4,50% a.a. na última reunião. Conforme os dirigentes do Fed, ainda é cedo para mensurar os impactos das tarifas nos dados econômicos e o cenário prospectivo segue incerto e requer maior cautela em relação ao início do ciclo de arrefecimento dos juros. A política fiscal expansionista proposta pelo governo voltou ao centro do debate ao apresentar projeções de déficits relevantes, adicionando US\$ 3,3 trilhões à dívida do país até 2034. A medida, que foi aprovada pelo Congresso já nos primeiros dias de julho, agora segue para sanção do presidente Donald Trump. Na Europa, o ambiente foi impactado pelos desdobramentos do conflito no Oriente Médio, principalmente pela alta no preço do petróleo, o que pressionou o índice global de commodities. A inflação subiu à taxa anualizada de 1,9% em maio, ficando abaixo da meta do Banco Central Europeu. Já a leitura preliminar de junho indica que a inflação do bloco voltou a acelerar, subindo para 2,0%, exatamente no nível da meta. Outro ponto que se caracteriza como fator inflacionário é a negociação do bloco com os EUA acerca das tarifas, que apresenta um ritmo lento e tende a não resultar em um acordo completo antes do fim da trégua de 90 dias, já em julho. A taxa de desemprego apresentou alta para 6,3% em maio, somando 10,8 milhões de pessoas. Em relação à atividade econômica, os dados do PMI seguem indicando crescimento brando, como setor de serviços voltando ao patamar de expansão ao avançar para 50,5. O setor industrial, embora ainda em contração, atingiu 49,5, o maior nível desde agosto de 2022, sinalizando melhora gradual. Neste contexto, o BCE decidiu cortar a taxa básica de juros em 0,25 p.p., para 2% a.a., sendo o oitavo corte desde o início da flexibilização iniciada em junho de 2024. A respeito dos próximos movimentos, o BCE adotou um posicionamento dependente dos dados, afim de observar a evolução dos riscos globais. Em junho, a China demonstrou avanço das negociações com os EUA, com as duas potências prorrogando a “trégua tarifária”. Em relação à atividade econômica, os dados do PMI Caixin apresentaram sinais mistos. A indústria subiu para 50,4, voltando ao campo de expansão. Já o PMI de serviços caiu para 50,6, menor patamar em nove meses, mas ainda acima da linha de 50. A taxa de desemprego caiu de 5,1% em abril para 5,0% em maio, refletindo melhora gradual no mercado de trabalho. Por outro lado, a baixa inflação segue em destaque, com o nível de preços ao consumidor recuando 0,1% em junho, acumulando variação positiva de 0,1% na leitura anual. Em junho, o Banco Central da China manteve suas taxas de juros inalteradas, conforme o esperado, depois que a autoridade monetária reduziu os juros no mês de maio. A decisão pela manutenção ocorreu após a divulgação do acordo com os EUA, que reduziu os sinais de tensões entre os dois países. O mês de junho foi marcado por bom desempenho da maioria dos índices, com grande parte dos ativos acima da meta atuarial mensal, com exceção dos índices de inflação mais curta, como IDkA IPCA 2 Anos (0,25%) e IMA-B5 (0,45%). Na renda fixa, os maiores destaques ficaram por conta dos índices de maior duration prefixados e atrelados à inflação. O IRF-M1+ apresentou alta de 2,09%, seguido do IMA-B5+ (1,86%) e do IRF-M (1,78%). Esses resultados refletem o fechamento da curva de juros em vértices intermediários e longos, impactado principalmente pela última decisão do Copom, que manteve uma postura firme e elevou novamente a taxa Selic, afetando as expectativas do mercado para o cenário futuro. Ainda





Órgão Oficial Eletrônico - 3217

Campo Mourão - Quinta-feira - 24/07/2025

na renda fixa, os ativos conservadores continuaram a apresentar desempenho alinhado à meta. O CDI entregou rentabilidade de 1,10%, mantendo sua trajetória de consistência em meio ao elevado patamar de juros. O IRF-M1, por sua vez, também superou a meta com alta de 1,06%. Entre os ativos de renda variável, o S&P 500 se destacou, com expressiva valorização de 4,96% no mês. O Global BDRX, por sua vez, foi impactado negativamente pela desvalorização do dólar, haja vista que está exposto à variação cambial. No cenário nacional, o Ibovespa subiu 1,33%, dando continuidade ao bom desempenho em 2025. **CONCLUSÕES:** Em junho, o movimento da curva de juros foi influenciado pela decisão do Copom de elevar a taxa Selic para 15,00% a.a. A alta da Selic provocou a abertura nos vértices curtos, refletindo o ajuste nos juros de curto prazo. Por outro lado, houve fechamento em vértices mais longos, devido à melhora nas expectativas de inflação e à redução do prêmio de risco, diante da sinalização de comprometimento do Banco Central com a estabilidade de preços, além da percepção de menor necessidade de novos ajustes adicionais da taxa básica no futuro. No cenário atual, que engloba alto patamar de juros e incertezas econômicas, reforça-se a aderência a uma estratégia mais conservadora para as carteiras dos RPPS, privilegiando alocações com maior previsibilidade de retorno e menor sensibilidade à volatilidade de curto prazo. O ambiente global segue marcado por riscos fiscais, geopolíticos e incertezas nas trajetórias de juros dos principais bancos centrais, o que reforça a cautela na condução dos investimentos. Por fim, destacamos que os fundos atrelados ao CDI seguem oferecendo uma boa relação risco-retorno, com rentabilidade alinhada à meta atuarial e baixa volatilidade, o que os torna alternativas interessantes no atual cenário. Nesse contexto, a aquisição direta de títulos públicos e letras financeiras também permanece bastante atrativa, destacando-se como estratégia aderente aos objetivos dos RPPS, por conta do atual patamar das taxas e da prerrogativa de marcação na curva, que favorece a gestão de riscos ao contribuir para a redução da volatilidade da carteira. Da pauta do: **Item 2 – Avaliação do desempenho dos investimentos que compõe a carteira da PREVICAM no mês de junho de 2025:** Foi apurada uma **rentabilidade líquida positiva de R\$ 2.188.642,24 (dois milhões, cento oitenta e oito mil, seiscentos quarenta e dois reais, vinte e quatro centavos) no mês de junho de 2025.** Segue como anexo à presente Ata o **Anexo I - Demonstrativo da Rentabilidade por Investimentos**, com o detalhamento dos investimentos do mês de avaliação do desempenho. Da pauta do **Item 3 – Proposições de investimentos/desinvestimentos:** O Gestor Financeiro Floriano Czachorowski Júnior, sugeriu que devemos manter a preferência para ativos mais conservadores, os quais seguem oferecendo uma boa relação risco-retorno, com rentabilidade alinhada à meta atuarial e baixa volatilidade, o que os torna alternativas interessantes no atual cenário. A manutenção de uma postura conservadora se mostra estratégica, com alocações prioritárias em ativos indexados ao CDI e à inflação de curto prazo, aproveitando os juros reais elevados. Sugiro manter as aplicações atuais e que novos repasses sejam aplicados em fundos existentes na nossa carteira. Os membros do Comitê de investimentos deliberaram da seguinte maneira: **Silvane Bottega, votou para:** Em manter uma postura conservadora, com alocações prioritárias em ativos indexados ao CDI e à inflação de curto prazo, aproveitando os juros reais elevados e manter as aplicações atuais e que novos repasses sejam aplicados em fundos existentes na nossa carteira. **Gisele Francielly Tourino, votou para:** Em manter uma postura conservadora, com alocações prioritárias em ativos indexados ao CDI e à inflação de curto prazo, aproveitando os juros reais elevados e manter as aplicações atuais e que novos repasses sejam aplicados em fundos existentes na nossa carteira. **Michael Vicente Rezende de Abreu, votou para:** Em manter uma postura conservadora, com alocações prioritárias em ativos indexados ao CDI e à inflação de curto prazo, aproveitando os juros reais elevados e manter as aplicações atuais e que novos repasses sejam aplicados em fundos existentes na nossa carteira. **Sergio Luís Vieira, votou para:** Em manter uma postura conservadora, com alocações prioritárias em ativos indexados ao CDI e à inflação de curto prazo, aproveitando os juros reais elevados e manter as aplicações atuais e que novos repasses sejam aplicados em fundos existentes na nossa carteira. Como a matéria foi aprovada por maioria dos votos, o **Gestor Financeiro, Floriano Czachorowski Júnior**, não precisou exercer o seu **voto de qualidade, com base no art. 9º, inciso V, do Regulamento Interno do Comitê de Investimentos, publicado no Órgão Oficial do Município nº 3081, de 20/09/2024, combinado com o art. 18, inciso III, da Lei Municipal nº 4600 de 22/12/2023, publicada no Órgão Oficial do Município nº 2982, de 22/12/2023. Portanto, por maioria ficou decidido pelo Comitê de Investimentos da PREVICAM:** Em manter uma postura conservadora, com alocações prioritárias em ativos indexados ao CDI e à inflação de curto prazo, aproveitando os juros reais elevados e manter as aplicações atuais e que novos repasses sejam aplicados em fundos existentes na nossa carteira. Da pauta do: **Item 4 – Assuntos Gerais:** Tema livre. O Comitê de Investimentos da PREVICAM registra que vem acompanhando de forma diligente a situação do fundo imobiliário CARE11, do qual a entidade é cotista. No dia 26 de junho de 2025, durante o Congresso Nacional da ABIPEM, na cidade de Foz do Iguaçu - PR, foi realizada uma reunião específica com os cotistas do referido fundo, da qual participaram representantes da PREVICAM, incluindo os membros Michael Vicente Rezende de Abreu e Floriano Czachorowski Júnior. Na ocasião, foram apresentados esclarecimentos sobre o andamento das medidas adotadas pela gestora do fundo e discutidas alternativas jurídicas, administrativas e financeiras para mitigar os prejuízos e proteger os interesses dos cotistas. O Comitê reforça seu compromisso com a transparência e a boa governança, bem como sua atuação proativa na busca por soluções que visem à preservação do patrimônio previdenciário da PREVICAM. Os membros declaram não haver mais nada a ser tratado e discutido. Finalizado foi





Órgão Oficial Eletrônico - 3217
 Campo Mourão - Quinta-feira - 24/07/2025

declarada encerrada a presente reunião às 11:30 horas, e eu Floriano Czachorowski Júnior, na qualidade de secretária "ad hoc", lavrei a presente ata, que lida e considerada exata, seguirá assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Comitê.

Floriano Czachorowski Júnior - Gestor Financeiro/ CP RPPS CGINV I – APIMEC BRASIL/ Validade Certificação: 09/08/2028

Silvane Bottega – Superintendente/ CP RPPS CGINV I – INSTITUTO TOTUM/ Validade Certificação: 02/01/2028

Gisele Francielly Tourino- Membro Comitê/ CP RPPS CGINV II – INSTITUTO TOTUM/ Validade Certificação: 29/01/2028

Michael Vicente Rezende de Abreu - Membro Comitê/ CP RPPS CGINV II - INSTITUTO TOTUM/ Validade Certificação: 10/08/2027

Sergio Luís Vieira - Membro Comitê/CP RPPS CGINV II – INSTITUTO TOTUM/Validade Certificação: 19/03/2029

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA RENTABILIDADE POR INVESTIMENTOS:
 MÊS DE JUNHO DE 2025

ANEXO I - DA ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA PREVICAM		
FUNDO FINANCEIRO	% Rend.	Valor
RENDA FIXA		R\$ 34.372,00
Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b		R\$ 14.487,60
CEF - c/ 50-6 – FUNDO CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF	1,0359%	R\$ 14.487,60
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a		R\$ 19.884,40
CEF- c/ 11-5 – FUNDO CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI LP	1,1024%	R\$ 19.884,40
Receita Orçamentária	(+)	R\$ 34.372,00
Ajuste de Perdas	(-)	R\$ -
Saldo:	(=)	R\$ 34.372,00
FUNDO PREVIDENCIÁRIO	% Rend.	Valor
RENDA FIXA		R\$ 2.271.209,22
Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a		R\$ 1.186.187,02
Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional	0,6261%	R\$ 1.186.187,02
Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b		R\$ 247.246,38
CEF - c/ 465-0 - FUNDO CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF	1,0359%	R\$ 247.246,38
Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a		R\$ 839.838,01
CEF - c/ 465-0 - FUNDO CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI LP	1,1024%	R\$ 554.227,20
Banco do Brasil - c/ 13.031-1 - BB PREVID FLUXO RF		
Banco do Brasil - c/ 13.031-1 - BB PREVID RF PERFIL	1,1029%	R\$ 285.610,81
Fundo/Classe de Investimento em Direitos Creditórios FIDC - Subclasse Sênior - Art. 7º, V, a		-R\$ 2.062,19
BANVOX - C/ 4714-7 - FIDC GGR PRIME I	-0,1600%	-R\$ 2.062,19
RENDA VARIÁVEL		R\$ -
Fundo/Classe de Investimento em Ações - Art. 8º, I		R\$ -
Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações - Art. 8º, III		R\$ -
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		-R\$ 762,90
Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM - Art. 10, I		R\$ -
Fundo/Classe de Investimento em Participações - Art. 10, II		-R\$ 762,90
Planner Corretora - c/ 40.538-8 - W7 - FIP	-0,0785%	-R\$ 762,90
FUNDOS IMOBILIÁRIOS		-R\$ 155.031,58
Fundo/Classe de Investimento Imobiliário FII - Art. 11		-R\$ 155.031,58
Planner Corretora - c/ 40.538-8 - CARE11 - FII	0,8100%	R\$ 4.516,12
BTG - c/ 40.538-8 - MACAM SHOPPING - FII	-16,3051%	-R\$ 159.547,70
Receita Orçamentária	(+)	R\$ 2.277.787,53
Ajuste de Perdas	(-)	-R\$ 162.372,79
Saldo:	(=)	R\$ 2.115.414,74
TAXA ADMINISTRATIVA	% Rend.	Valor
RENDA FIXA		R\$ 38.855,50
Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b		R\$ 38.855,50
CEF - c/ 81-6 - FUNDO CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI LP	1,1024%	R\$ 32.361,54
Banco do Brasil - c/ 78.227-0 – FUNDO BB PREVID FLUXO RF	1,0169%	R\$ 6.493,96
Receita Orçamentária	(+)	R\$ 38.855,50
Ajuste de Perdas	(-)	R\$ -
Saldo:	(=)	R\$ 38.855,50
TOTAL DA RENTABILIDADE LÍQUIDA:		R\$ 2.188.642,24

Resolução CMN nº 4.963/2021 e Nota Técnica SEI nº 222/2023/MPS

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 24/07/2025 16:53 -03:00 - 03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pc485136821458>

